IVY ENBER SCIENTIFIC JOURNAL

IMPACTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

IMPACT OF INCLUSIVE EDUCATION ON THE SOCIAL DEVELOPMENT OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE SCHOOL CONTEXT

Valdimeire Silvestre Lopes [1]

RESUMO

Este artigo traz como objetivo, investigar e analisar os impactos que a educação inclusiva provoca no contexto escolar e social, uma vez que, esta modalidade de educação se alicerça filosoficamente em valorizar as diversidades, sendo estas, peculiaridades de qualquer sociedade. A pesquisa ocorreu em bases bibliográficas com abordagem qualitativa, permitindo uma análise ampliada dos aspectos teóricos e práticos investigados. Buscou-se, portanto, autores de referência sobre o tema que colaboram na fluidez e enlaces de ideias na busca de confirmar a hipótese de que é possível que todos os alunos possuem aptidão ao aprendizado independente da deficiência. Dentre os autores estão: Vygotski (2022); Mantoan; (2015) Nunes (2013); Corrêa (2010) e outros. Assim descreve-se sobre a educação inclusiva na essência da palavra; nos aspectos históricos, perpassando por leis e normas criadas ao longo do tempo; formação de professores e os impactos propriamente ditos quanto ao desenvolvimento social de alunos com deficiência no contexto escolar.

Palavras-chave: educação inclusiva; ensino-aprendizagem; desenvolvimento social; alunos com deficiência.

ABSTRACT

This article aims to investigate and analyze the impact that inclusive education has on the school and social context, since this type of education is philosophically based on valuing diversity, which is a characteristic of any society. The research was conducted using a qualitative approach based on bibliographic sources, allowing for a broader analysis of the theoretical and practical aspects

[1] Licenciada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco RJ; Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Libras, pelo Centro Universitário Cidade Verde – Paraná; Pós-graduada em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá Ribeirão Preto SP; Formação complementar: Educação Inclusiva, pelo WR Educacional São Lourenço, Minas Gerais; Seminário sobre Educação Inclusiva pelo Instituto Casagrande e Faculdade FESP. E-mail: mere_silvestre@hotmail.com.

investigated. Therefore, we sought out leading authors on the subject who contribute to the fluidity and connection of ideas in an effort to confirm the hypothesis that it is possible for all students to have an aptitude for learning regardless of disability. Among the authors are: Vygotski (2022); Mantoan; (2015) Nunes (2013); Corrêa (2010) and others. Thus, inclusive education is described in the essence of the term; in historical aspects, covering laws and norms created over time; teacher training and the actual impacts on the social development of students with disabilities in the school context.

Keywords: inclusive education; teaching and learning; social development; students with disabilities.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva para chegar ao patamar em que está hoje, precisou passar por muitas transformações ao longo da história. Inicialmente as pessoas com deficiência eram excluídas dos espaços sociais e educacionais, sendo necessário estudos, leis e normas para se chegar à compreensão de que estes precisam ser parte integrante no processo de construção de uma educação inclusiva e uma sociedade igualitária, onde todos tenham seus direitos respeitados.

Assim, este artigo investiga e analisa os impactos que a educação inclusiva provoca no contexto escolar e social por meio de pesquisa bibliográfica que aborda os aspectos práticos e pedagógicos, onde autores de referência sobre o tema colaboram na fluidez e enlaces de ideias na busca de confirmar a hipótese de que é possível que todos os alunos possuem aptidão ao aprendizado independente da deficiência.

Nesse contexto, subdivide-se o tema em subtemas para que se alcance melhor compreensão do assunto, a saber: Educação inclusiva na essência da palavra; Educação inclusiva do ponto de vista histórico; Formação de professores por uma educação inclusiva e por fim, os impactos da educação inclusiva no desenvolvimento social de alunos com deficiência no contexto escolar.

Assim, se faz presente as proposições de Vygotski (2022); Mantoan (2015); Nunes (2013); Corrêa (2010) e outros. Na visão destes autores, a educação inclusiva é de suma importância para o desenvolvimento da educação, da sociedade e da cultura, sendo a primeira, fator preponderante de transformação, assim como fator impulsionador da criação e aplicação

de políticas inclusivas que buscam garantir a todos o acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Portanto, esse apontamento interessa a educadores, estudantes e a todos aqueles que se interessam pelo tema abordado e abre um leque para novas discussões, uma vez que, a inclusão é necessária em todos os espaços sociais e educativos e reflete na vida e na construção de uma sociedade mais igualitária e justa, onde os direitos de todos são respeitados. Entretanto, a educação inclusiva ainda está em processo de adaptação em suas práticas pedagógicas e estruturação e a "educação para todos" ainda é algo a se conquistar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com foco em revisão bibliográfica buscando uma base sólida de conhecimento ao analisar, descrever e interpretar os dados coletados a partir de revisão de literatura e documentos normativos relacionados ao tema. O motivo da escolha da abordagem é que a mesma permite uma análise ampliada dos aspectos teóricos e práticos aqui investigados. A coleta de dados fundamentou-se em documentos oficiais e publicações em livros e sites confiáveis, com o auxílio de buscadores acadêmicos e bases de dados especializadas, como Google Scholar, Scielo, Periódicos e outros repositórios de teses e dissertações, observando aspectos teóricos e práticos da educação inclusiva no brasil quanto ao seu histórico, formação de professores e o acesso e permanência de alunos com deficiência no contexto escolar e como isso ressoa no meio social como um todo. Isto, envolveu a leitura e categorização dos materiais selecionados que foram organizados em tópicos para melhor detalhamento do tema. Seguiu-se ainda a pesquisa de forma ética, respeitando os direitos autorais e citando corretamente todas as fontes e fornecendo base sólida para a compreensão do texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva na essência da palavra

Sabe-se que a educação tem o papel instrutivo e formativo das bases científicas, éticas e tecnológicas para a construção da cidadania e a inclusão vem como um novo projeto de mudanças da escola considerada exclusivista e excludente para uma escola que inclua reavaliando as suas práticas em vista de um novo conceito de educar.

Assim, nesse amplexo entre a educação e a sociedade, compreende-se as relações humanas e as situações em que cada indivíduo vive na sua condição pessoal e comunitária. Subentende-se com isso, que todos os seres humanos sejam contemplados em seus direitos e deveres. Entretanto, quando se fala em pessoas com deficiência, não é bem assim, estás sempre carregaram a marca da segregação apoiada pelo preconceito, estereótipo e estigma do "ser diferente".

Nesse contexto, é fundamental entender que a deficiência não se concretiza apenas como um fenômeno biológico, mas sobretudo como um conceito elaborado e conservado pelo próprio meio social. A deficiência de origem orgânica, ou na estrutura corporal causa prejuízos nos campos sensoriais, intelectuais e/ou físicas e é chamada de deficiência primária, intrínseca ao indivíduo, sendo de nascimento ou adquirida. Mas, existe também aquela que é produzida e mantida pelo meio social, denominada como deficiência secundária e está associada à deficiência primária como condição extrínseca ao sujeito, pois é provocada pelo meio social em que o sujeito está inserido (Nunes, 2013).

E é nessa conjuntura, que abrange educação, sociedade e sujeito que se pensa o conceito de inclusão. Aplica-se ao termo o significado de "colocar algo ou alguém dentro de outro espaço". Mas, quando se traz este para a educação, não pode significar apenas colocar alguém dentro de um "outro espaço", mas, é também, "estar junto com os outros e não ser discriminado, poder sentir-se aceito e conviver em um ambiente, onde o ser humano seja tratado com respeito e dignidade" (Corrêa, 2010 p. 64).

Desse modo, segundo Mantoan (2015), não se pode confundir inclusão com integração, pois existem diferenças entre os vocábulos. Mesmo tendo significados parecidos, expressam formas diferentes de inserção e estão fundamentados em posições teórico-metodológicas discordantes.

> O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que foi anteriormente excluído. O motivo da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar (Mantoan, 2015, p 31).

Por esse viés, diz-se que, uma educação inclusiva se alicerça filosoficamente em valorizar as diversidades e garante a participação de todos na busca de oportunidades, tendo como primícia a ética dos Direitos Humanos, vinculada ao respeito e valorização de cada indivíduo. (Brasil, 2004). E, a pessoa com deficiência que é definida pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como aquela que,

> [...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, capítulo I, art. 2º p. 8-9).

A mesma lei, no capítulo II art. 8º, traz como meta que a pessoa com deficiência tenha acesso a todos os benefícios que aquelas que são consideradas "normais" possuem, tendo como base a Constituição Federal de 1988 que declara no artigo 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (Brasil, 2015, ART. 8. 2016 ART. 5).

Portanto, ao ampliar o conceito de educação inclusiva, infere-se que a mesma está diretamente ligada a uma sociedade democrática, onde todos podem exercer os seus direitos e deveres sem discriminação, onde os ambientes educacionais sejam benéficos e inclusivos para todos os alunos, independentemente de serem ou não deficientes com apoio especializado, quando necessário for.

Educação inclusiva do ponto de vista histórico

Em muitos períodos da história, as pessoas com deficiência, devido às suas limitações, não podiam fazer parte da sociedade e em muitos casos, nem mesmo do convívio familiar. Eram consideradas inoportunas às aprendizagens e por isso eram excluídas, exterminadas, exploradas, humilhadas e/ou perseguidas. Nesse sentido, o preconceito e a

discriminação não tinham limites para aqueles que consideravam que o corpo e o intelecto precisavam ser perfeitos.

Somente a partir do século XIX, a sociedade começou a se preocupar com medidas de assistência e proteção direcionadas às pessoas com deficiências. Nesse período, Edouard Seguin (1812-1880) com formação médica e pedagógica, considerou o treino sensório-motor como algo importante para o desenvolvimento dos deficientes mentais e pela teoria psicogenética que o indivíduo poderia ser educado, não importando o tipo de deficiência.

No entanto, para esse estudioso, era necessário seguir alguns parâmetros que se chegasse ao desenvolvimento da aprendizagem destas pessoas, pois dependeria do "grau de comprometimento de suas funções orgânicas; do quanto de inteligência que o deficiente apresentava e da habilidade na aplicação do método" (Corrêa, 2010, p. 22).

Outra importante educadora foi Maria Montessori (1870 – 1956), a qual contribuiu imensamente na educação de crianças com deficiências com técnicas que visavam a autoeducação e criou um método voltado para peculiaridades motivacionais do aluno por meio do uso de materiais didáticos (Corrêa, 2010).

Assim, tantos outros nomes poderiam ser citados aqui como: Charles M. Eppée (1712–1789) que criou a primeira instituição especializada em "surdos-mudos" e foi o inventor do método de sinais; Valentin Haüy (1745–1822), fundador do Instituto Nacional de Jovens Cegos; Langdon Down (1828–1896) que descreveu a Síndrome de Down e diversos outros que contribuíram de forma valiosa para a desmistificação de questões que envolvem pessoas com deficiências.

No Brasil, inicialmente havia a educação especial, porém não inclusiva, pois acontecia em escolas próprias e teve seu marco no final do século XIX e início do século XX. Já a educação como inclusiva, começou a se estruturar no final do século XX, alicerçada em movimentos e legislações anteriores, destinadas a proteção e delineamento de direitos das pessoas com deficiências.

Com a expansão urbana, econômica e industrial, onde se exigia uma sociedade escolarizada, originou-se a obrigatoriedade do ensino e trouxe para o meio escolar cada vez mais grupos heterogêneos de alunos. Com isso, a sociedade foi impulsionada a pensar sobre

as diferenças individuais e nas excepcionalidades, dando assim espaços para o crescimento das instituições que atendiam essa modalidade de ensino, as quais posteriormente foram ganhando apoio do Estado (Nunes, 2013).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH - 1948), veio impulsionar mudanças na educação e em outras bases fundamentais para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, quando declara no artigo 1º, que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" e no artigo 26º que "toda a pessoa tem direito à educação" (DUDH, 1948, p. 2 e 5). E, a Constituição Federal de 1988 oficializou os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, afirmando para estas, o direito à educação e à igualdade de oportunidades.

Outro fato importante foi a Declaração de Salamanca (1994) que defendeu claramente a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, linguísticas e/ou sociais, na rede regular de ensino. Com isso, o Brasil começou a estruturar políticas públicas voltadas para esse fim, inserindo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996, esse propósito.

Por esse viés, no ano de 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica deram largos passos em direção ao diálogo com todo o sistema de ensino, promovendo mudanças no currículo escolar. Mudanças essas, que abarcasse todos os alunos envolvidos no processo de aprendizagens no contexto escolar.

Assim, em 2008, o Ministério da Educação lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tornando a educação inclusiva política oficial no país, dando possibilidades para que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, de serem matriculadas em escolas regulares, com direito ao atendimento especializado, quando necessário (Brasil, Ministério da Educação, 2008).

Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência, Lei nº 13.146/2015, no capítulo IV, no Art. 27, que trata do direito à educação traz o seguinte teor:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, ART. 27).

Portanto, longo foi o caminho até se chegar ao patamar em que se encontra hoje a educação inclusiva, tem como prioridade alcançar a todos independente do seu estado físico ou mental. Mesmo assim, ainda há diversas dificuldades a serem vencidas, entre elas está o fomento e construção de políticas públicas capazes de superar as diferenças e promover de fato o acesso a todos.

Formação de professores por uma educação inclusiva

A formação de professores é de suma importância para uma prática educativa inclusiva, uma vez que esta, prepara o profissional, dando-lhes contributos necessários para o seu dinamismo, seja em sala de aula ou em outros espaços em que esteja inserido. Outro fator importante, é a estruturação da escola com instrumentos capazes de oferecer tanto ao professor, quanto aos alunos as condições necessárias de acesso ao ensino e aprendizagens.

Sendo o professor o principal motivador do processo de ensino e aprendizagem, cabe a ele a tarefa de nortear o caminho do aprendizado, tendo como base o Projeto Político Pedagógico da escola, considerando os aspectos cognitivos e psicossociais de cada aluno. Isto, compreende também, conhecer as dificuldades do aluno e como ele é capaz de se dispor ao aprendizado, mediante a uma deficiência ou não.

Por isso, quanto mais cedo for diagnosticada a deficiência, maior a possibilidade de o aluno desenvolver suas habilidades e quanto mais tardia, menores possibilidades terá. É o caso das chamadas deficiências ocultas, que muitas vezes não são percebidas de imediato como: a surdez, o autismo, dislexia e outras. Nesse caso, a presença de uma equipe multifuncional na escola pode fazer toda a diferença, por apoiar e auxiliar o professor frente a esses desafios.

Nesse sentido, além de se pensar nas deficiências que exigem acessibilidade por meio de rampas, barras de apoio e outras, também é valioso o acolhimento e empatia por aqueles com deficiências consideradas ocultas. Em outras palavras, a inclusão precisa ser alcançável a todos e só assim pode exercer o seu papel como tal.

Dessa forma, todas as crianças, tendo o apoio necessário, possuem o efetivo potencial de desenvolvimento e é capaz de superar as dificuldades inerentes a deficiência, uma vez que, o meio social e educacional influenciam diretamente e colaboram na reorganização das funções cognitivas e de aprendizagens destes alunos (Vigotski, 2022). Outrossim, "a criança, cujo desenvolvimento foi complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvida que suas contemporâneas normais; é uma criança, porém, desenvolvida de outro modo" (Vigotski, 2022, p. 31).

Nessa ótica, se por um lado, o sistema educativo se estrutura baseado no meio social, tendo este como fator preponderante em suas ações e definições, por outro, o meio social se alicerça no sistema educativo que condiciona suas vivências e práticas. Portanto,

> As condições sociais nas quais a criança deve desenvolver-se também constituem, por uma parte, toda a esfera da inadaptação da criança, da qual partem as forças criadoras de seu desenvolvimento; a existência de obstáculos que impulsionam a criança ao desenvolvimento está arraigada nas condições do meio social no qual ele deve entrar; por outra parte, todo o desenvolvimento da criança dirige-se para o alcance desse nível social necessário (Vigotski, 2022, p. 234-235).

Então, a realidade social implica diretamente nas práticas pedagógicas, ao mesmo em que estas podem levar o aluno a uma análise crítica do meio em que vive. Além disso, promove o surgimento de novos valores, assim como a cooperação da família, estreitando os laços entre escola e comunidade.

Para tanto, é necessário que o professor tenha uma formação fundamentada em princípios legais, filosóficos e pedagógicos para que sejam capazes de garantir o desenvolvimento integral dos alunos. De acordo a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 ao examinar a ação docente no âmbito da educação básica infere que,

> [...] considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional (Brasil, CNE, 2020, ART 3º).

Além disso, o Projeto de Lei nº 1.635, de 2019 determina a incorporação de conteúdos pertencentes às especificidades de práticas pedagógicas direcionadas às necessidades educacionais de alunos com deficiências dentro da educação básica.

Outro ponto a se considerar é o desenvolvimento de habilidades dos professores quanto às tecnologias digitais, que sendo usadas com propostas pedagógicas assertivas, colaboraram na comunicação e torna o aprendizado mais dinâmico e inclusivo. Pois, "o seu uso educacional reside em integrá-las ao processo de aprendizagem, como ferramentas no ensino de assuntos específicos ou em atividades de resolução de problemas" (Corrêa. *et. al*, 2021, p. 9).

Os mesmos autores afirmam ainda que, as mídias digitais podem atuar de forma significativa a abrangente no aprendizado, uma vez que viabilizam conexões entre imagem, fala, texto e abre uma nova visão sobre o erro, que antes visto como ponto negativo, por essa interpretação, pode ser enfrentado como parte do desempenho na aprendizagem, ou mesmo, gerar alternativas de adaptação na aquisição do conhecimento (Corrêa. *et. al*, 2021).

Sendo assim, as tecnologias digitais se tornam objeto de desdobramento de significados e não suprime as formas anteriores de ensino e aprendizagem, mas agrega novas maneiras de construção de produção do conhecimento, trazendo para este, outras formas de expressão e ação. Como exemplo disso, pode-se citar o uso das tecnologias assistivas que são consideradas recursos alternativos e objetiva a promoção da autonomia, qualidade de vida e consequentemente a inclusão no âmbito social e escolar (Nunes, 2013).

Ademais, quando professor está em sintonia com as transformações sociais, educacionais e tecnológicas e o poder público, por meio da gestão escolar, lhe oferece os meios propícios para o trabalho em sala de aula, este desenvolve suas práticas com mais competência e assertividade e promove a transformação de espaços e vivências, onde todos aprendem juntos.

Impactos da Educação inclusiva no Desenvolvimento Social e contexto escolar

Numa contínua busca em superar longos períodos de segregação e repressão em que foram sujeitas às pessoas com deficiência, incluindo aí o contexto educacional voltado a esses padrões, vimos que as modificações nas práticas educacionais construídas em bases legais, oportunizaram experiências positivas e significativas para todos.

Mas, qual é de fato, o impacto da educação inclusiva no desenvolvimento social de alunos com deficiência no contexto escolar? É evidente que para responder a essa inquirição avalia-se o tempo e os espaços onde, ao longo da história, as pessoas com deficiência foram segregadas e excluídas do meio social e escolar como foi discutido anteriormente.

Nos dias atuais, não é possível falar de educação ou de sociedade sem mencionar a necessidade de que ambas precisam ser inclusivas em todos os sentidos da palavra. E, para que a educação cumpra sua finalidade de desenvolver habilidades e competências de todos os envolvidos no processo educativo, é importante que haja uma rede de apoio que abrace escola, família e sociedade visando o fortalecimento de todo o corpo docente e discente.

Assim, a escola é esse ponto central de apoio e manutenção das fomentações de projetos, planejamentos e práticas e onde ocorrem todas as ações. Aliás, a formalização do ambiente escolar inclusivo, necessita estar para todos de maneira que ninguém se sinta excluído do processo de aprendizagens, com respeito às semelhanças e as diferenças.

Por esse prisma, muitos teóricos se dedicaram a buscar entendimento dos conceitos estruturais para uma educação inclusiva como instrumento de transformação social, mediante as culturas e costumes. E, quando se trata das diferenças e semelhanças e de como a criança aprende, é considerável depreender que todas aprendem, de acordo com o meio social em que vivem.

Para Vygotski, existe uma zona de desenvolvimento proximal, ou seja, ele parte do princípio de que há uma diferença entre o que a criança é capaz de aprender sozinha e ao que ela pode fazer com pessoas adultas. Ao mesmo em que, para o autor, são as mesmas leis gerais que atuam no desenvolvimento das crianças, independentemente de ter deficiência ou não, o traz de maneira mais efetiva uma orientação mais genuína, positiva e otimista para a escola especial (Vygotski, 2022).

Por essa ótica, a educação inclusiva vai se delineando adequadamente e trazendo luzes para o contexto da didática e suas aplicabilidades e a democratização do ensino se torna mais clara na sua conjuntura e objetividade. Ainda, na visão de Vigotski, utilizar "a atividade prática com objetos sobre cuja base é possível e necessário desenvolver o intelecto prático e, logo, as formas mais complexas do pensamento lógico" (Vigotski, 2022, p. 464), trazendo para o aluno com atraso mental ou outra deficiência, condições de elaboração de memórias e pensamentos vinculados ao mundo real.

Apesar os impactos positivos motivados por leis e normas que favorecem o acesso e permanência de alunos com deficiência na escola, muitos ainda estão distantes dela. Pois, de certa maneira, a escola continua excludente e tem um longo caminho a percorrer até que se chegue ao ponto de que todo o seu espaço seja inclusivo, democrático e não deixe ninguém fora do processo de aprendizagens.

Em vista disso, o site Agência IBGE Notícias (versão online), atualizado em 16/08/2024 relata que "no terceiro trimestre de 2022, a taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto entre as pessoas sem deficiência essa taxa foi de 4,1%"[2]. Isto mostra que há uma enorme diferença entre o acesso de crianças com deficiência no espaço escolar e as demais. Mostra ainda que, existem outros tantos desafios não superados dadas as dificuldades de reinterpretação do aprender a aprender.

Como exemplos destes desafios, pode-se citar: o professor do ensino regular que tem a ideia de não ser preparado para ensinar a todos os alunos; muitas escolas não têm estrutura adequada para acolher todos os alunos e ainda existe resistências culturais e institucionais à mudança (Mantoan, 2015).

Portanto, diante do que já se percorreu e ao que se busca caminhar, compreende-se que a prática inclusiva é uma via de mão dupla entre sociedade e educação e que uma está

[2] Agência IBGE Notícias. (versão online). Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Editoria: Estatísticas Sociais | Irene Gomes | Arte: Brisa Gil**.** 07/07/2023 10h00 | Atualizado em 16/08/2024 17h10.

intrinsicamente ligada a outra, pois é nesse encontro que acontecem o desenvolvimento de valores alicerçados numa aprendizagem colaborativa com respeito à diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao falar em educação inclusiva, são nítidos os impactos que esta provoca no desenvolvimento social de alunos com deficiência no contexto escolar. Por meio de leis e normas nacionais e internacionais, o ensino no Brasil, busca construir mecanismos direcionados a qualidade, acessibilidade e a equidade na educação. As normas garantem, além do direito a educação, estabelece diretrizes, parâmetros e objetivos para a atuação das instituições de ensino em todos os níveis. uma educação inclusiva, onde alunos com deficiências possam ter acesso a uma educação de qualidade, com adaptações e suportes necessários na superação de barreiras físicas, cognitivas e sociais.

Nesse construto, são valorizados atributos considerados de extrema importância para que a educação seja de fato inclusiva, colocando como ponto alto a formação de professores, assim como a estruturação de espaços que ofereçam acessibilidade a todos, independente de ter ou não uma deficiência. Isto porque, "a contemporaneidade tem demandado discussões aprofundadas e práticas inovadoras que apontem indicadores à equidade e o acesso de todos os estudantes ao ensino de qualidade (Vieira; Cirino, 2024, p. 8).

Para tanto, os achados comprovam que as leis, assim como as práticas educativas que atualmente fazem acontecer a educação, foram delineadas a passos lentos durante um longo período histórico, onde foram envolvidas muitas discussões de como, primeiro integrar as pessoas com deficiência nos espaços sociais, culturais e educacionais e tão somente depois chegou-se à conclusão da necessidade da inclusão propriamente dita.

A inclusão, exige, portanto, que haja uma abordagem interdisciplinar que envolva escola, família e comunidade objetivando o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente educacional acessível e acolhedor (Corrêa, 2010). Nesse movimento colaborativo, os alunos se sentem orientados, respeitados e apoiados em seus projetos e

sonhos e o ambiente escolar se torna mais democrático e favorável às aprendizagens e convivências para todos os envolvidos.

Para confirmar as argumentações levantadas sobre o tema, pensamentos de autores como, Vygotski (2022); Mantoan (2015); Nunes (2013); Corrêa (2010) foi de suma importância na confirmação de hipóteses e todos concordam que a educação inclusiva impacta diretamente no contexto escolar e nas relações sociais, uma vez que, é a partir dela que estes espaços se tornam mais equitativos e democráticos. Em outras palavras, mesmo havendo discordâncias aqui ou ali, os autores chegam a um patamar de assentimento aos impactos, valorização e importância da educação inclusiva em todos os espaços escolares e sociais.

Para Vygotski (2022), o aprendizado depende do meio social em que o aluno está inserido. Mantoan (2015) depreende que, a inclusão precisa ir além da integração porque ela depende também de mudanças estruturais e pedagógicas. Nunes, (2013) propõe estratégias para a construção de uma escola acessível e acolhedora, que valorize a diversidade, dando espaço para o desenvolvimento do potencial de cada aluno.

A análise e interpretação de dados previamente coletados limitou-se a pesquisa bibliográfica pelo método de revisão de literatura, trazendo as principais ideias de autores sobre o tema em questão, objetivando investigar os impactos provocados pela inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar.

Este artigo interessa a educadores, estudantes e a todos aqueles que se interessam pelo tema abordado e abre um leque para novas discussões, uma vez que, a inclusão é necessária em todos os espaços sociais e educativos e reflete direta ou indiretamente na vida e construção de uma sociedade mais igualitária e justa, onde os direitos de todos são respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se considerar que a educação inclusiva é uma tendência que não pode haver retrocesso. Mesmo que haja forças contrárias, não é mais possível se pensar em segregação de pessoas com deficiência e nem deixar nenhum aluno fora do

espaço escolar. Atualmente, as leis e normas que regulamentam a educação deixam evidente a importância da inclusão e o respeito pela diversidade. Estas, trazem para o contexto deste artigo uma ampla visão de mudanças expressivas que ocorreram no Brasil, quanto a inclusão.

Também, foi importante discorrer sobre a formação dos professores desde a sua base inicial (graduação) até a formação permanente que contribui com o aperfeiçoamento do conhecimento e habilidades imprescindíveis para o desenvolvimento da prática pedagógica no cotidiano escolar.

Os enlaces e entrelaces entre sociedade e educação precisam ser alimentados com boas práticas de inclusão, onde escola, família e comunidade caminhem juntas, objetivando encontros e reencontros de saberes, por uma educação onde todos se sintam como parte deste corpo social por um mundo melhor, com mais igualdade e respeito às diferenças.

Enfim, os impactos causados pela educação inclusiva no desenvolvimento social de alunos com deficiência no contexto escolar ao longo da história, já são percebidos em todos os âmbitos e estratos sociais. Além disso, a ampliação do conhecimento sobre as deficiências traz clareza e maior alcance de compreensão, também a escola passou por transformações importantes para se chegar a esse patamar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 out. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285658171 Acesso em: 18 de out. de 2024

_____. [**Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de out. de 2024.

_____. **Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica** / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf Acesso em 04 de out. de 2024

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Lei nº 13.146/2015. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf Acesso em 07 de out. de 2024

_____. **Projeto de Lei N.º 1.635, de 2019**. Disonível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1735438&filename=Avulso%20PL%201635/2019 Acesso em 18 de out. de 2024

CORRÊA, Luiza Andrade. ET.Al. **Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação Inclusiva: fortalecendo o desenho universal para a aprendizagem** [recurso eletrônico] 1ª edição – São Paulo: Instituto Rodrigues Mendes, 2021. Disponível em https://rm.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Tecnologias-digitais-aplicadas-a-educacao-inclusiva-IRM.pdf Acesso em 19 de out. de 2024

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação especial.** v.1 – 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** [recurso eletrônico] São Paulo: Summus, 2015 recurso digital (Novas arquiteturas pedagógicas; 3) Formato: epub. Disponível em https://pt.slideshare.net/slideshow/inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como-fazerpdf/266080336 Acesso em 22 de out. de 2024

NUNES, Débora Regina de Paula. **Educação inclusiva** / Débora Regina de Paula Nunes. – Natal: EDUFRN, 2013. Natal:EDUFRN, 2013. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60226 Acesso em 22 de out. de 2024

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Neddif/AtosNormativos/DeclaracaoUniversalDireitosHumanos.pdf Acesso em 07 de out. de 2024

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. Disponível em https://www.novoipc.org.br/sysfiles/vigotski_obras_completas.pdf Acesso em 09 de out. de 2024